



**Diário da Sessão n.º 020 de 15/06/05**

**Presidente:** Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos,  
**Proposta de Decreto Legislativo - “Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico”.**

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

*(Neste momento o Sr. Deputado Cláudio Lopes ocupou o seu lugar de Secretário da Mesa)*

**(\*) Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Existe um conjunto vasto de instrumentos de apoio à coesão económica que permite que bens e serviços essenciais tenham o mesmo preço em todas as ilhas dos Açores, nomeadamente a farinha, o cimento, o adubo, as rações, os mais variados combustíveis, desde a gasolina ao gasóleo, gás doméstico, o fuel e o pão que têm em todas as ilhas exactamente o mesmo preço.

É também assim com as tarifas aéreas e os fretes marítimos dos Açores para o Continente e que assumem em todas as ilhas o mesmo preço.

Trata-se dos princípios básicos do nosso regime autonómico que, a partir da nossa fundação, instituiu um regime de preços de bens e serviços essenciais iguais para todas as ilhas. Outros arquipélagos optaram doutra forma e com isso tiveram outro tipo de desenvolvimento.

Contudo, tal não é suficiente para que o desenvolvimento económico se processe de uma forma semelhante em todas as ilhas dos Açores.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Este desenvolvimento económico certamente passa pela intervenção do Governo no investimento público, mas também passa pelo investimento privado e, como se sabe, o investimento privado em ilhas mais pequenas, de menor dimensão, com menor mercado interno, é mais difícil de investir, porque há menos acumulação de capital, há menos recursos humanos e, por isso, o investimento é menor.

Se nós olharmos um pouco para a história dos Açores, em termos demográficos, verificamos, pelos censos que se fazem de 10 em 10 anos, que a população dos Açores atinge o seu máximo em 1960.

A partir de 1960 há uma queda brusca da nossa população e basta vermos que de 1964 a 1974 emigraram 100 mil açorianos e só em 1969 registaram-se cerca de 14 mil emigrantes, sendo um ano crítico para os Açores. A partir de 1991 processou-se uma pequena inversão, ainda muito ténue, da nossa população.

Pela primeira vez, passados 40 anos, os Açores inflectiram o seu movimento demográfico, passando dos cerca de 237 mil habitantes que tínhamos em 1991 para cerca de 241 mil em 2001.

A emigração dos Açores também baixou significativamente, passando dos tais 13 ou 14 mil emigrantes no final da década do 60 para 200, 300 ou 400 emigrantes por ano. Hoje são mais as pessoas que se fixam nos Açores do que aquelas que partem.

Contudo esse crescimento económico que se verificou nesta última década, de que temos conhecimento, não foi de forma igual em todas as ilhas. Há ilhas que cresceram em termos populacionais e há outras que diminuíram.

Este assunto não é fácil, não há certamente nenhuma varinha de condão que resolva o desenvolvimento económico de todas as ilhas dos Açores da forma como todos nós gostaríamos de o fazer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

O FRADE que agora propomos, e que vamos discutir na Assembleia Legislativa, é um projecto que foi previamente discutido na Concertação Social em Setembro passado. Houve um tempo para reflexão e o final de Dezembro do ano passado foi a data para entrega de propostas de correcção. Nós corrigimos a nossa proposta e aprovámo-la, também com rectificações, em Conselho do Governo.

Enviámo-la à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que também, através da sua Comissão de Economia, consultou os diversos parceiros sociais.

Ainda hoje vamos discutir um conjunto de atribuições, algumas já existentes em fundos que existiam anteriormente, como é o caso do Fundo Regional de Apoio à Actividade Económica e o Fundo Regional dos Transportes, e outras são atribuições novas.

Do conjunto de novas atribuições surgem certamente as parcerias público-privadas que também definimos no nosso Programa do Governo, que foi aprovado por esta Assembleia, que seriam regulamentadas mais tarde e já estamos a trabalhar neste sentido.

Aguardamos o resultado do que virá a ser o Estatuto da Região Autónoma dos Açores para, no caso da Região poder ter competências próprias nesta matéria, apresentar legislação totalmente nova nesta área, porque achamos que a Região Autónoma dos Açores tem especificidades próprias que não se confundem com regiões continentais, nem com o Continente Português, nem com as regiões dos países europeus. Em face disto, este assunto será regulamentado mais adiante.

Também no que diz respeito ao artigo 5º desta Proposta de Decreto Legislativo, não é uma atribuição nova, porque ela já existia no FRAE. Dado que eventualmente poderá ser e será certamente mais utilizada pelo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

FRADE, nós propomos juntamente com a apresentação duma Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre as parcerias público-privadas, critérios que devem prosseguir para participação no capital social de empresas privadas, como consta do Programa do Governo, aprovado nesta Assembleia.

De resto, boa parte das atribuições do FRADE já existem ou no FRAE ou no Fundo Regional dos Transportes. É evidente que essas atribuições estão já a ter regulamentações diferentes, conforme está já a acontecer com os sistemas de incentivos. O SIDET, o SIDEL e nomeadamente o SIDET já têm uma regulamentação própria que privilegia o investimento em determinadas ilhas e que potencia e estimula mais esse investimento privado nestas ilhas para que se possa criar mais emprego e mais riqueza.

O FRADE não é certamente uma panaceia para todos os males que existem da nossa escala de ilhas, mas é certamente um instrumento integrador que poderá potenciar um conjunto de políticas que venham contrariar o movimento que já vem de 1960, que é de forte diminuição da população de determinadas ilhas, enquanto que outras vão mostrando, mais recentemente, mais capacidade de crescer não só economicamente, mas também em termos populacionais.

Basicamente era isto que vos queria dizer como introdução a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional e estarei disponível para qualquer esclarecimento que pretendam.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para intervir no debate deste diploma, tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

(\*) **Deputado José do Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

A bancada do Partido Socialista votará favoravelmente a propostas apresentada hoje aqui nesta casa pelo Governo Regional.

O Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico assumirá as funções e as atribuições que estavam adstritas ao Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas, que será extinto por esta proposta de diploma, engloba algumas das atribuições que estão cometidas do Fundo Regional do Transporte, no que concerne a medidas relacionadas com o transporte aéreo e marítimo, integrando ainda um conjunto de atribuições e apoios financeiros a iniciativas locais, à cooperação com entidades nacionais e estrangeiras, à participação em sociedades, em institutos e associações, entre outras.

A nossa condição de região arquipelágica impõe que cada vez mais as políticas conducentes ao desenvolvimento sejam sempre orientadas no sentido de um crescimento equilibrado e harmónico da nossa Região, quer dos sectores de actividade que sustenta a nossa base económica, quer ainda das parcelas que integram o nosso espaço territorial.

Este fundo integra um conjunto de instrumentos que, ao fim e ao cabo, estão vocacionados para a coesão territorial e é uma iniciativa que surge na sequência de outras iniciativas como a do Sistema de Incentivos que aprovámos no mês passado nesta Assembleia ou ainda alguns dos benefícios fiscais que apareceram no orçamento para este ano.

Assim, como disse no início, o Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(\*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

A nossa realidade arquipelágica, o nosso condicionalismo geográfico, sempre se assumiu como um constrangimento ao desenvolvimento dos Açores e, nesta medida, às suas parcelas, designadamente as mais pequenas.

É por isso uma obrigação das entidades públicas adoptar políticas que atenuem esses constrangimentos. Que se chamem desenvolvimento harmónico, desenvolvimento integrado, equilíbrio ou coesão, tudo são princípios, conceitos ou políticas que merecem genericamente a concordância.

O Governo Regional dos Açores e o PS assumiram no próprio texto do preâmbulo da proposta e até nas palavras do Sr. Secretário, na apresentação deste diploma, culpa nas assimetrias que foram promovidas nos últimos 8 anos nos Açores.

Com esta culpa assumida, com os medos e receios pré-eleitorais, o Partido Socialista, à pressa, anunciou uma pretensa solução de todos os males, uma solução que, inexplicavelmente, não tinha sido encontrada nesses 8 anos. Seria o tal Fundo de Coesão.

Na altura foi anunciado que agora é que seria, que as ilhas mais pequenas, finalmente, seriam desenvolvidas e que chegou a hora das ilhas mais pequenas. Foi isso que pomposamente foi sendo anunciado ao longo dos tempos.

Porém, o problema estrutural das ilhas mais pequenas, das ilhas mais débeis em termos sociais e económicos, não se resolve com meros anúncios, com slogans ou promessas. São questões que merecem outro tipo de intervenção.

O fundo de coesão foi vendido mediaticamente como a grande solução para o futuro dos Açores.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Foram os anúncios, tem sido as notícias que propagandeiam algo muito diferente daquilo que efectivamente está em discussão hoje nesta Assembleia e é, Srs. Deputados, sobre esta proposta concreta que temos de nos pronunciar, é isto que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores está a apreciar.

O que foi anunciado, o que tem sido propagandeado não é o que está em discussão. De resto, a forma exuberante como têm sido feitos esses anúncios não corresponde de forma alguma à forma discreta como o Sr. Secretário hoje apresentou o diploma nesta casa.

Eu vou ler só um dos imensos textos que têm sido publicados na imprensa regional sobre esta matéria e diz o seguinte:

“Na Proposta de Decreto Regional é defendida a criação de mecanismos de discriminação positiva a aplicar nestas ilhas, onde os tecidos económicos e empresariais são mais frágeis.

O executivo de Carlos César propõe assim que os apoios extraordinários sejam aplicados nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo de modo a que estas possam desenvolver-se ao um ritmo mais rápido do que S. Miguel, Terceira, Faial e Pico”.

Sobre estas notícias, nestes termos, muito tem sido dito na imprensa regional.

No entanto, a proposta que aqui está hoje em discussão, apenas no seu preâmbulo, que nem sequer é votado, faz referência a algo semelhante e passo a ler o dito preâmbulo:

“O novo fundo integra assim um conjunto de instrumentos de intervenção pública vocacionados para a promoção de coesão territorial, a par de outros em preparação” e realço e sublinho “**noutros âmbitos normativos**”, isto é: não será o âmbito normativo legislativo desta Assembleia.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Continuo a citar: “tais como a regulamentação do regime de parcerias público-privadas, a reorientação dos benefícios fiscais ou a majoração de incentivos às actividades económicas em determinados sectores e em ilhas como o Corvo, Flores, Graciosa, S. Jorge e Santa Maria”.

No texto no diploma, no seu articulado, naquilo que é efectivamente apreciado e votado nesta casa não é referido absolutamente nada a este respeito.

No fundo, existe a transposição, como muito bem o Sr. Secretário disse, do Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas, de parte do Fundo Regional dos Transportes, a transposição a vários níveis, designadamente no processamento de pagamentos para este novo regime e novo conceito.

Perante tudo isto, ficam muitas dúvidas e vou referir apenas algumas:

É com isto que está em apreciação que se vão resolver as assimetrias entre as ilhas?

É com este diploma, que nada refere relativamente a quais são as ilhas que estão em causa, que finalmente as ilhas mais pequenas vão desenvolver-se de forma equipada às ilhas maiores?

Com tanta fundamentação, a partir de quando é que se irão tomar medidas efectivas que ponham as ilhas mais pequenas à mesma dimensão, ao mesmo ritmo de desenvolvimento das ilhas maiores?

Tudo isto se torna ainda mais grave quando o próprio Programa de Governo, apreciado nesta casa e votado favoravelmente pelos deputados do PS, dizia no objectivo 2.1 - “Criar o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico...”, com os termos que estão aqui desenvolvidos, e acabava dizendo “... mediante critérios claramente definidos e aprovados pela Assembleia Legislativa”.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Ora, esses critérios não são claros e nem sequer estão definidos perante esta Assembleia.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é que um diploma que pretende ser a base de um pretenso novo modelo de desenvolvimento dos Açores, deixa tanto por clarificar, deixa tanto por esclarecer, deixa tanto por definir perante a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, porque o que está em causa e aquilo que foi anunciado e propagandeando, como já referi, é um pretenso novo modelo de desenvolvimento para os Açores e a Assembleia, primeiro órgão da autonomia, fica sem saber o que é que efectivamente está em causa.

Onde está a inovação, os critérios claros, onde estão as linhas estratégicas e definidoras do novo rumo da tal anunciada coesão?

É tudo isto que, ao contrário dos tais anúncios, slogans e propaganda, não está identificado na proposta de diploma, não ficou clarificado na apresentação do Sr. Secretário, muito menos na intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista.

É isto que o PSD espera que seja clarificado, sobretudo para dignificar o papel desta Assembleia e em respeito também para com os açorianos que criaram a expectativa de que, finalmente, tinha chegado a hora que, pelos vistos, não chegou.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As questões fundamentais acabaram de ser transmitidas pelo Sr. Deputado Clélio Meneses.

Aquilo a que assistimos com este diploma eu creio que é a necessidade de dar corpo a um equívoco,...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** ... porque tinha sido prometido na fase pré-eleitoral, eventualmente como resposta a outras propostas que eram muito mais substanciais, que estavam embuídas de uma muito maior coerência e havia aqui a necessidade de encontrar uma solução com um nome que, por sinal, é um nome bem achado. O nome é extremamente interessante, é do nosso agrado, é do agrado de toda a gente de todas as ilhas, só que lhe falta substância e falta-lhe substância porquê?

Como o próprio Sr. Secretário Regional da Economia referiu na apresentação que fez do diploma, o conjunto de atribuições que estavam definidas nos normativos que regem a actividade do Fundo Regional de Apoio à Actividade Económica estão lá, bem como uma parte substancial das atribuições do Fundo Regional de Transportes.

Nós temos agora o antigo Fundo Regional das Actividades Económicas, acrescentado duma parte do Fundo Regional de Transportes, ou seja, nós temos um somatório de atribuições que se puseram debaixo da capa do Fundo Regional de Apoio à Coesão - e vejo que o Sr. Secretário está a concordar comigo, o que é bom sinal.

Depois acrescentaram-lhe duas ou três normas em que a mais substancial é aquela que se consubstancia no artigo 5º, em que essa é que é a grande



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

novidade e, aliás, essa questão foi colocada ao Sr. Secretário, quando foi ouvido na Comissão de Economia, se efectivamente era aquela a novidade e com mais ou menos palavras acabámos por chegar todos à conclusão que aquela era, pelo menos, a novidade de peso deste Fundo da Apoio à Coesão.

Esta tinha sido a questão colocada, e penso que a expressão utilizada na intervenção que tivemos oportunidade de fazer na discussão do Programa do Governo foi de que estávamos assustados, perante a afirmação no Programa do Governo que diz que pretende participar no capital social de empresas privadas, mediante critérios claramente definidos e aprovados em Assembleia Legislativa, e que há bocado foi recordado pelo meu colega Clélio Meneses. Nós na altura dizíamos: “Esperemos que sejam mesmo claros e que as propostas apresentadas a este Parlamento sejam suficientemente esclarecedoras, não enformando de um tratamento pela rama, que permita ao Governo uma actuação descansada na análise e decisão das referidas participações”.

Quando dizíamos que estávamos assustados, efectivamente tínhamos razão para termos o susto, porque nós não temos critérios claros e os 52 deputados desta casa nem vão cheirar esses critérios, que são remetidos para uma resolução anual do Conselho do Governo.

O Conselho do Governo Regional, bem aconchegadinho no Palácio de Santana, é que vai definir esses critérios, ou seja, trata-se mais uma vez, Sr. Secretário Regional da Economia, do pedido dum cheque em branco e vamos continuar nos cheques em branco e, a título de brincadeira, devo dizer que já é o segundo num espaço de um mês.

Eu dir-lhe-ei que está a fazer um percurso notável para que, logo que saia das suas funções que exerce actualmente e caso não deseje regressar à sua



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

actividade profissional anterior, pode muito bem abrir uma actividade parabancária qualquer para conferência e encaminhamentos dos referidos cheques.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. secretário Regional da Economia.

(\*) **Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos com calma, porque o momento das eleições já passou.

O FRADE foi discutido na concertação social em Setembro passado e, portanto, o jogo foi aberto. A proposta foi entregue à Concertação Social, na qual têm assento os sindicatos, as associações ambientalistas, os representantes das Câmaras Municipais, da Associação de Municípios e das Freguesias. Tiveram acesso a este documento que em pouco difere, embora nós estivéssemos prestado atenção às sugestões da concertação social, da estrutura base deste fundo.

O jogo foi aberto e claro e não escondemos nada.

O Fundo de Coesão é um instrumento integrador dum conjunto de políticas que tem capacidade financeira para o fazer. Não vai buscar dinheiro ao banco, não precisa de levantar cheques em branco, como o que aconteceu na Madeira, que agora estão a dever 40 milhões de contos nas sociedades de desenvolvimento regional e que estão com dificuldades económicos e nós não adoptámos esta posição que foi sufragada pela população.

Nós dissemos claramente o que íamos fazer, dissemos, antes das eleições, à Concertação Social como iríamos fazer. A população soube anteriormente que isso era um fundo que tinha recursos financeiros capazes de poder investir em determinadas áreas, nas ilhas que nós consideramos da Coesão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

As ilhas que nós definimos no preâmbulo, que são estas que estão aqui, podem eventualmente variar, conforme a reacção do investimento privado nestas ilhas.

Aliás, devo dizer, para sossego do Sr. Deputado Clélio Meneses, que os regulamentos dos sistemas de incentivos de apoio a estas ilhas já estão publicados.

Graciosa, S. Jorge, Flores, Santa Maria e Corvo deixaram de ter o SIDEL.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Não quis foi discuti-los aqui.

**O Orador:** Se o Sr. Deputado me deixar falar eu explico um pouco como funcionam os sistemas de incentivos, tanto a nível nacional como a nível regional. Não é um decreto legislativo regional que define ilha por ilha, taxa por taxa, como são feitos os critérios. Nunca. Nem foi feito no seu tempo.

**Deputado António Marinho (PSD):** Onde é que estão esses critérios?

**O Orador:** Eu queria dizer-vos que estas ilhas, que nós definimos da coesão, têm, em relação ao SIDEL, um sistema aberto e qualquer investidor privado que atinja a pontuação de 50 pontos, imediatamente tem o seu investimento aprovado.

Já fizemos uma reunião com os investidores na Graciosa, estamos a criar, cumprindo o nosso programa, o Gabinete do Investidor em todas as ilhas para explicar claramente como é que são os sistemas de incentivos e no SIDEL ele já está publicado. No SIDEP os investidores que queiram fazer investimentos nas outras ilhas são apoiados em 50%.

Nós já estamos a fazer, mas não é no âmbito do FRADE, porque este apenas paga os incentivos e nós temos que regulamentar os incentivos noutros locais, passando pelos decretos legislativos regionais nas áreas que achamos que devemos fazer, aprovando nesta Assembleia e depois, no



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

detalhe, os decretos regulamentares. O mesmo vai acontecer com as parcerias público-privadas e com os investimentos que o senhor diz e que eu também tenho aqui à minha frente e que diz: “Este fundo regional poderá ainda contribuir para apoiar investimentos com carácter estruturante na economia regional e participar no capital social de empresas privadas, mediante critérios claramente definidos e aprovados por esta Assembleia Legislativa Regional”.

Sr. Deputado, “Roma e Pavia não se fizeram num dia”.

Existe um conjunto de atribuições que este decreto legislativo regional tem que havemos depois de regulamentar em critérios separados. Não vamos fazer tudo neste decreto legislativo regional.

Estamos a esperar um pouco para saber o que é que irá acontecer com o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, para saber como vamos regulamentar as normas que vamos propor em relação às parcerias público-privadas e nessa altura também iremos definir critérios genéricos para a participação do capital social das empresas privadas. É isso que estamos a fazer. Os regulamentos são outra coisa à parte.

Temos aqui um instrumento que é integrador de um conjunto de políticas e já existem políticas de apoio à manutenção de preços iguais em todas as ilhas.

Existem, de facto, outros diplomas que irão regulamentar as atribuições que estão definidas neste decreto legislativo regional que agora propomos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

(\*) **Deputado José do Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses queria fazer referência à acusação de que o desenvolvimento de algumas ilhas dos





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Açores se deve aos últimos 8 anos do Governo ou ao assumir do PS por esse fraco desenvolvimento em algumas ilhas.

Para o Partido Socialista, e para o que afirmou há bocado, o Sr. Secretário integrou o nosso desenvolvimento e uma das razões que apontou até passou pela população dessas ilhas, como passou por alguns indicadores económicos que são mais frágeis em ilhas com poucos recursos e um dos recursos para o desenvolvimento económico de qualquer ilha passa também pelos seus recursos humanos.

Portanto, a culpa não é deste Governo nem foi dos governos do PSD que tiveram instrumentos semelhantes para combater o fraco desenvolvimento provocado pela nossa situação arquipelágica, pela dimensão de algumas ilhas e que ao longo dos anos se foram criando um conjunto de instrumentos de apoio aos combustíveis, ao pão, ao transportes marítimos de várias ilhas.

A novidade deste instrumento, hoje aqui presente, é que nele se integra um conjunto de funções e atribuições que estavam diluídas por outros instrumentos, desde o FRAE ao Fundo dos Transportes, à área do turismo que hoje é um pilar da nossa economia e a outras áreas como os incentivos ao investimento nos Açores.

Portanto, se há atribuições que estavam noutros instrumentos, estão agora e aqui presentes atribuições e funções, que são novas, e o reunir das várias atribuições valoriza este fundo como sendo um instrumento para promover o desenvolvimento económico dos Açores e em especial de algumas das ilhas que precisam mais do investimento público do que outras.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Isso é espantoso, Sr. Deputado!

**Deputado António Marinho (PSD):** Diga lá porquê?

**O Orador:** Porque não temos dúvidas nenhuma...



**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Essa bancada nunca tem dúvidas.

**O Orador:** que a integração de matérias como os transportes, turismo e outras actividades económicas trazem mais valias como instrumentos de apoio ao desenvolvimento económico e da coesão dos Açores.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado António Marinho e relacionado com as participações previstas no artigo 5º, o Sr. Secretário já disse que nos estatutos do FRAE haviam atribuições que lá estavam e outras se não estão, em similitude com qualquer instituto público, poderão vir a estar e são estas que estão aqui previstas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(\* **Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que temos todos consciência de que estamos agora aqui a apreciar, talvez, aquele que devia ser o diploma mais ansiado, a grande expectativa que se criava neste início de legislatura por parte do Governo Regional que viesse efectivamente dar a resposta àquilo que constituiu possivelmente o grande debate no último período pré-eleitoral sobre a questão do desenvolvimento regional, tendo por base a situação sócio-económica que as diferentes forças políticas da Região analisaram num período especialmente dedicado a isso.

Como já foi aqui referido, e muito bem, e na sequência duma proposta muito concreta e muito objectiva apresentada pelo projecto político alternativo à governação socialista, chamada “Sociedade de Desenvolvimento Regional”, o Partido Socialista assumiu um compromisso com esse designado Fundo Regional de Coesão e, portanto, as expectativas foram amplas e enormes.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Julgo que grande parte do debate, sobretudo nas chamadas ilhas pequenas ou menos desenvolvidas, se fez à volta de que nesta legislatura e a partir de agora haveria um compromisso inequívoco, em que estavam envolvidos os dois principais projectos concorrentes, de dar um outro rumo e que havia chegado a hora, como já foi aqui referido, por estas ou por outras palavras, do desenvolvimento e a coesão regional terem um peso e uma solução que a prática corrente vinha pondo cobro aos desequilíbrios que se vinham acentuando.

No fundo, o tal comboio a “n” velocidades tinha que ser travado e 2005 seria objectivamente o ano de mudança e o compromisso que havia sobre essa matéria, daí a importância desta iniciativa e o Sr. Secretário compreenderá a enorme expectativa que está criada à volta disso.

Eu não duvido e sou sensível àqueles que dizem que esta iniciativa tem, sobretudo, o carácter de instrumento e todos nós sabemos que às vezes com instrumentos aparentemente pouco adequados se conseguem resultados excelentes e, noutros casos, com instrumentos aparentemente excelentes, não se atingem minimamente os resultados desejáveis.

Mas, Sr. Secretário, terá de reconhecer que - eu sou muito sensível a uma denúncia que o Deputado Clélio Meneses fez aqui ao longo da sua pertinente exposição - o Governo Regional não deu o mínimo de projecção mediática a essa iniciativa. Houve uma falha tremenda dos vossos serviços de informação ou então os jornalistas, que são em número cada vez maior nos departamentos do Governo, já são tantos que se desorganizaram no momento decisivo duma iniciativa governamental como esta.

Oxalá que os poucos que ainda ficaram de fora, que ainda não estão nos departamentos governamentais, consigam perceber o alcance desta iniciativa e acredito e estou certo que eles o farão, porque aquela mancha



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

enorme de agentes de informação do Governo está desatenta e acho que essa nota que o Deputado Clélio Meneses aqui trouxe traduz muito bem que algo está errado aqui.

Sr. Secretário, a nossa postura, de facto, é uma postura construtiva e de expectativa legítima e até compreendemos que uma boa utilização desses instrumentos pode ir no sentido desejado dos açorianos.

V. Exa. tem toda a razão, é que a maioria dos açorianos deram esse cheque em branco ao Partido Socialista. Estou de acordo com V. Exa.

Os açorianos tinham uma alternativa que estava razoavelmente explicada, não a quiseram e esta que estava seriamente comprometida e apresentada com os pormenores que se exigia, teve o apoio da maioria dos açorianos e por isso vou ter que reconhecer a sua razão. Agora, uma coisa é certa, essas expectativas foram criadas.

Como já foi aqui muito bem referido, as pessoas na altura podem não ter lido em pormenor o Programa do Governo, mas ouviram atentamente os discursos, os compromissos que foram repetidos, de ilha em ilha, e que constituíram um dos principais compromissos do Partido Socialista para com os açorianos e nomeadamente para com aqueles que se colocaram como os primeiros e legítimos beneficiários dessa política e dessa mudança.

É nesse particular, Sr. Secretário, que o CDS/PP também não está satisfeito com o conteúdo da iniciativa que aqui é apresentada.

A ideia que fica, Sr. Secretário, é que se aproveitou, como foi aqui muito bem dito pelo Deputado António Marinho, alguns instrumentos existentes e vão introduzir-se algumas nuances, transformando esses fundos existentes no almejado Fundo Regional de Coesão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Temos sérias dúvidas se com essa operação de adaptação se consegue atingir o grande objectivo e o grande instrumento que os Açores tanto anseiam e necessitam, porque acho que os 52 deputados que se encontram nesta casa foram eleitos com base em compromissos que apontavam para um novo rumo na correcção dos desequilíbrios do desenvolvimento regional e das assimetrias regionais. Os senhores tinham eventualmente vias diferentes de atingir essa meta e daí que o Partido Socialista, sob o nosso ponto de vista, acaba por frustrar legítimas expectativas.

Julgo que as informações que o Sr. Secretário deu foram, como é seu hábito, politicamente honestas, mas por isso mesmo revelam a insuficiência do objectivo governamental, porque ao situar a resolução de todas essas questões no que virá para o futuro, nas medidas avulsas que irão surgir, quer pela forma de diplomas legais, quer por outras formas, realmente deixa tudo em aberto e, portanto, deixa esta casa rigorosamente no escuro.

Não estou duvidando que serão capazes de lutar por fazer o melhor possível. Não é isso que está em causa, o que está em causa é que esse instrumento, tal como foi aqui apresentado, com as insuficiências de compromissos que ele manifesta, com a falta de critérios, como já foi aqui muito bem salientado, remete tudo para um futuro que também é incerto.

Portanto, Sr. Secretário, levanta-se ao CDS/PP um problema grande, porque nós estávamos totalmente disponíveis para votar favoravelmente estes instrumentos, mas, sinceramente, estamos com muitas dúvidas em assumir esse compromisso.

*(Risos dos Membros do Governo)*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

**O Orador:** Esses risinhos dos membros do Governo não são boa nota, porque o problema aqui não está em trazer um diploma e levar a aprovação. Os senhores hão-de convencer-se que essa parte está salvaguardada durante 4 anos, agora o mérito de qualquer governante é chegar a esta casa e levar o voto dos representantes de todos os açorianos. Aí é que poderiam ter mérito.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Os senhores estão aí com alguma arrogância como quererem dizer que o nosso voto não faz falta. É claro que o nosso voto não faz falta, mas presumo que mesmo dos votos do PS há 4 ou 5, na nossa óptica, que não fazem falta nenhuma.

*(Risos da bancada do PSD)*

**O Orador:** Isso é um mau princípio, porque de cada vez que nós aqui votamos o senhor só precisa de 27, tenha coragem de dizer isso dentro do seu Grupo Parlamentar, porque nalguns casos também facilitava a vida a alguns deputados socialistas, a ainda agora começou, porque durante três anos vai haver muito deputado que, naturalmente, (e como já passei por isso, sei o que é) vai votar ao lado do Governo de uma forma mais ou menos violenta, pelo menos para a consciência de cada um, mas se o senhor der liberdade de voto a seis de cada vez, vai ver que isto será muito mais animado. Era esta a resposta que eu queria dar.

Sr. Presidente, pela nossa parte lamentamos que o Governo não tenha aproveitado a expectativa que foi criada, pelo menos no passado, à volta desta iniciativa revelada nalguns dos pareceres das entidades auscultadas,





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

sobretudo as mais interessadas que depositam grande expectativa na nova política económica.

Nós esperávamos mais e o Sr. Secretário não nos pode condenar por isso e por representarmos aqueles açorianos mais exigentes e que esperam mais. Nós estamos do lado daqueles que exigem e havia legitimidade para, sobre esta matéria, exigir mais do Governo.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Deputado António Marinho.

**Deputado António Marinho (PSD):** Prescindo!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(\*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta seria supostamente uma altura em que a Assembleia estaria aqui a discutir com muita atenção, com muito cuidado e com muito envolvimento naquilo que, como já disse, seria pretensamente o novo modelo de desenvolvimento para os Açores. Infelizmente não é isso que está a acontecer.

O Sr. Deputado José do Rego demonstrou a falta de atenção que está aqui neste debate, falta de atenção às minhas palavras, falta de atenção ao diploma que estamos a discutir e também falta de atenção às palavras do Sr. Secretário.

Eu nunca acusei o Partido Socialista neste debate de ter desequilibrado as ilhas nos últimos 8 anos. Foi falta de atenção às minhas palavras.

O que o diploma diz no seu preâmbulo é que agora se justifica que se promova a reorientação dos objectivos dos instrumentos em causa. Ora, só se reorienta aquilo que não está orientado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

**Deputado José do Rego (PSD):** Não é bem assim. Meça as suas palavras.

**O Orador:** Depois o Sr. Secretário Regional nas suas palavras disse exactamente o seguinte e cito: “Na última década não se verificou de igual modo...” Foi isto que o Sr. Secretário disse.

Por isso a acusação não é minha, apenas me limitei a fazer referência à assumpção da culpa expressa no diploma e nas palavras do Sr. Secretário.

No entanto, o Sr. Secretário também nas suas palavras acaba por assumir aquilo que verdadeiramente está aqui em causa quando na sua intervenção disse: “O momento das eleições já passou”. Ora, efectivamente a boca fugiu-lhe para a verdade.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Sr. Secretário, uma coisa é aquilo que se anuncia e propagandeia antes das eleições, outra coisa é aquilo que se promove e faz depois das mesmas e o Sr. Secretário assumiu aqui, ao mais alto nível, a nova dimensão da política nacional que é a dimensão do que se promete antes, não é o que se cumpre depois.

O que se passou aqui em concreto foi que o Governo Regional dos Açores e o Partido Socialista, com as gargalhadas estridentes e normais do Sr. Vice-Presidente do Governo, prometeu, prometeu e depois quando teve oportunidade de cumprir, quando teve oportunidade de trazer a esta casa um diploma que fosse efectivamente um modelo de desenvolvimento para os Açores, não o faz e ficamos aqui sem saber, em concreto e em termos legislativos, quais são as ilhas beneficiadas ou prejudicadas pela coesão. Em termos concretos e legislativos isto não está definido.

Como é que esta Assembleia, o primeiro órgão da autonomia, vai ficar silenciado, afastado e marginalizado numa questão tão importante como esta que é dizer-se: estas ilhas devem crescer mais ou que o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

desenvolvimento faz-se desta ou daquela forma e esta Assembleia está afastada deste processo, como também está afastada da definição das linhas concretas do desenvolvimento dos Açores.

Também continua por se saber qual é a razão que a junção dos fundos promove melhor a coesão. Também não se sabe isto.

Portanto, são estas dúvidas, estas ausências, esta falta de clarificação que põem em causa efectivamente o papel desta Assembleia, porque quando se constata e se defende que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nada tem a dizer sobre o futuro modelo que se pretende implementar para o desenvolvimento dos Açores, naquilo que é a essência do desenvolvimento dos Açores na junção do desenvolvimento de cada uma das ilhas e naquilo que se soma e faz o desenvolvimento do Arquipélago, quando ficamos afastados disto tudo, põe-se em causa o desenvolvimento dos Açores e, sobretudo, o papel da Assembleia na sua definição.

Esta é a nossa preocupação e o nosso sentido de responsabilidade que, pelos vistos, alguns dos que estão aqui presentes não demonstraram.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego. Dispõe apenas de três minutos.

**(\*) Deputado José do Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro tenho o gosto de dizer que os açorianos das ditas ilhas que as suas expectativas são goradas com este diploma, porque este diploma era há muito ansiado, serão os mesmos que vão sentir, com este diploma, no seu dia-a-dia, as diferenças entre o passado e o próximo futuro.

Digo isto, porque se é através desse fundo que vai ser ferido o conjunto de incentivos na área económica, se no diploma dos incentivos e na sua regulamentação foram dados benefícios a algumas ilhas, está claro que as ilhas de Santa Maria, S. Jorge, Graciosa, Flores e Corvo vão ver a diferença, através do Fundo de Coesão, e que as suas expectativas não foram goradas, porque vão entrar num sistema de incentivos que estará aberto todo o ano; não foram gorados porque a majoração é diferente ...

**Deputado António Marinho (PSD):** O Sr. Deputado está a falar de outra coisa.

**O Orador:** ... e é este fundo que vai mostrar ilha a ilha...

**Deputado António Marinho (PSD):** Isso não interessa.

**O Orador:** Interessa no sentido que é este fundo que está a gerir um conjunto de incentivos e apoios que pode não ser o do sistema de incentivos, mas o apoio de infra-estruturas para essas ilhas. As expectativas dos habitantes dessas ilhas não serão goradas com este Governo e com este Secretário.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**(\*) Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, a minha primeira abordagem a este tema foi no sentido de pôr em perspectiva todo o desenvolvimento económico da nossa Região.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Falei do máximo da nossa população em 1960 e da sua evolução até 2001, data em que foi feito o último censo.

A desertificação das ilhas mais pequenas não ocorreu nem foi acentuada nos últimos 8 anos, antes pelo contrário foi pela primeira vez na década de 1991 a 2001 que há uma inflexão da população dos Açores e também disse de uma forma clara que há ilhas que já começaram a crescer e outras ainda não. As que ainda não começaram a crescer, diminuíram sempre e mais nas décadas anteriores.

Nós estamos numa perspectiva de reversão da situação e penso que em 2011, aquando dos novos censos, a situação será diferente. Com os sistemas de incentivos que já estão a ser regulamentados, espero que as ilhas que estão aqui definidas como as ilhas da coesão, com apoios mais generosos para que a iniciativa privada possa investir mais nessas ilhas, criar mais emprego, mais riqueza e mais fixação de pessoas e que em 2011 possam ter já uma inversão da sua situação. Este assunto não é fácil e se há alguém que pensa que resolve este assunto duma forma fácil, está perfeitamente enganado.

Neste momento está a decorrer um estudo prospectivo do desenvolvimento da coesão económica nesta Região, feito por pessoas idóneas desta área, para tentarem estudar melhor os mecanismos que ainda podemos obter, que políticas devemos seguir para melhorar ainda mais os apoios que temos que dar a estas ilhas.

Isto não é um sistema acabado, é um sistema que está em permanente evolução e por isso nós definimos como ilhas base da coesão, o Corvo, as Flores, Santa Maria, Graciosa e S. Jorge e vamos ver como se comportam com a reacção que estão a ter aos diversos sistemas de incentivos que majoramos para estas ilhas, que são mais abertos, mais fáceis e que vamos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

apoiar através dum gabinete do investidor e para além disso vamos poder investir directamente nestas ilhas.

Quero dizer-vos uma coisa muito simples que é, enquanto que o Partido Socialista antes das eleições definiu no seu programa eleitoral o que iria fazer, o Programa do Governo é basicamente a cópia desse programa eleitoral. Assim foi dito aqui nesta Assembleia.

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional foi colocada à Concertação Social e antes das eleições apenas existia uma linha que está descrita no artigo 5º - Sociedades de Desenvolvimento Regional. Elas existem, estão incluídas no artigo 5º e mais nada foi dito.

Está aqui um conjunto de políticas integradas de investimento para estas ilhas, que pode ser feito pela participação em sociedades privadas, em sociedades comerciais e em sociedades de desenvolvimento regional. Está tudo aqui dito, mas para além disso tem muito mais coisas. Isto é um projecto integrado.

O Fundo de Coesão tem aqui os instrumentos integradores desta política e não é neste fundo que vamos regulamentar. A regulamentação destes instrumentos será feita pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, baseada nos critérios que estão definidos no Programa deste Governo.

**Presidente:** Sr. Secretário, terminou o seu tempo.

**O Orador:** Termino já, Sr. Presidente.

Vamos cumprir o que está definido no Programa do Governo, aprovado por esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Foi isto que eu disse na minha intervenção e é o que vamos cumprir.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

(\* **Deputado António Marinho (PSD)**): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para duas ou três notas muito breves relativamente àquilo que acabou de ser referido pelo Sr. Secretário Regional da Economia.

Quando o Sr. Secretário faz a introdução que acabou de fazer agora e que já tinha feito aquando da apresentação do diploma, baseando na evolução demográfica nos Açores e constatando que a única inversão que houve foi entre 91 e 2001 quando a população passou de cerca de 237 mil pessoas para cerca de 241 mil, tenho a informar, provavelmente estará informado ou ter-se-á esquecido, que o recenseamento geral da população de 1991, assumido pelo próprio Instituto Nacional de Estatística e pelo SREA aqui, teve graves problemas e provavelmente não deve ter recenseado a população inteira e digo isto, porque conheço 4 pessoas que não foram recenseadas, que são as do meu agregado familiar.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte)**: O que está publicado foi isso.

**O Orador**: Foi, mas houve problemas enormes, porque o recenseamento foi feito em 1991 e não em 1990 e todos os anteriores censos tinham sido feitos nos anos 10. Isso é que originou problemas e, portanto, tirar essa conclusão é precipitado.

A prova que este diploma relativo ao Fundo de Coesão, que há pouco lhe chamei de equívoco - não sei se o meu colega Clélio Meneses terá referido isto: “a montanha pariu um rato” - não é nada e que os senhores falam é no SIDER, é na parceria público-privada, é em tudo o que não consta deste diploma.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte)**: Não tem que constar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

**O Orador:** Este diploma é uma mera agregação, o que não é novidade nenhuma, das atribuições do FRAE e do Fundo Regional de Transportes que estão agora reunidos num documento único, que se torna mais fácil ler, e depois tem uma norma relativamente às participações em sociedades privadas, em sociedade de desenvolvimento, etc., que o Governo disse que nos dava a possibilidade de intervirmos, de alguma forma, na definição dos critérios e reservou para si essa prerrogativa para resolução do Conselho do Governo. Foi exclusivamente isso e mais nada.

Portanto, o que poderia ser um diploma importante e podia suscitar aqui uma discussão eventualmente de dois ou três dias, porque era um diploma estruturante para os Açores, no fundo trata da mera regulamentação dum fundo relativamente a transição de pessoal, quais é que são as receitas e como é que se fazem os pagamentos. Este fundo acaba por ser o local onde acaba o processamento final, em termos burocráticos e financeiros, dos processos que são preparados ao abrigo de outros regulamentos, esses, sim, efectivamente importantes.

Sendo assim, os senhores não coloquem no Programa do Governo, porque isso é enganar as pessoas, que vão apoiar investimentos com carácter estruturante da economia regional e participar no capital de empresas privadas, mediante critérios claramente definidos e aprovados pela Assembleia Legislativa, quando a Assembleia Legislativa não os vê, sendo-lhe vedada a hipótese de os definir. Esta é que é a situação perfeitamente clara.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Não foi o que eu disse.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Não foi o que o senhor disse. É o que está no Programa do Governo.



**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Eu disse claramente que isso ia ser implementado.

**O Orador:** Eu leio-lhe só o nº 1.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Eu já li esse nº 1 na minha intervenção e disse como é que ia fazer.

**O Orador:** Sr. Secretário, confrontemos duas coisas, o nº 1 do objectivo 2, da política de coesão...

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Eu já li.

**O Orador:** ... com o artigo 5º que nos diz: “Para a prossecução dos seus objectivos o Fundo Regional de Coesão poderá constituir ou participar, a qualquer título, em sociedades comerciais, sociedades de desenvolvimento regional, institutos, associações ou outras entidades públicas ou privadas, mediante autorização anualmente renovada por resolução do Conselho do Governo Regional”.

Onde é que está a Assembleia? Onde é que estão os critérios?

Muito obrigado.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Quem é que lhe disse que os critérios não são definidos pela Assembleia?

**Presidente:** Srs. Deputados, creio que estamos em condições de votar e vamos votar em primeiro lugar este diploma na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, com 28 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

**Presidente:** Passamos agora à especialidade. Está aberto o debate sobre o artigo 1º, 2º, 3º e 4º.

*(Pausa)*

Não há intervenções, vamos votar estes artigos.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Passamos ao artigo 5º. Para este artigo existe uma proposta de alteração que vem da Comissão e que é subscrita pelo PS, conforme documento que deu entrada na mesa. Estão à discussão.

*(Pausa)*

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração, apresentada pela Comissão, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Vamos votar agora a parte restante do artigo 5º.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A parte restante do artigo 5º foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Passamos agora ao debate e votação dos artigos 6º ao 16º. Estão à discussão.

*(Pausa)*

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com estes artigos, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Passamos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário** A Proposta de Decreto Legislativo Regional em votação final global, foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

**(\*) Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD absteve-se na votação final deste diploma pelos argumentos que foram expendidos durante o debate e por entendermos que esta seria a oportunidade da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprovar aquilo que pretensamente foi anunciado como um novo modelo de desenvolvimento para os Açores, potenciando umas ilhas em relação às demais, isto é, foram aquelas promessas que foram feitas antes das eleições e aquilo que não correspondeu ao período que se seguiu e à primeira oportunidade que o Governo teve de fazer chegar a esta casa este pretense modelo de desenvolvimento.

O Deputado António Marinho já referiu aqui que, perante tanto anúncio e perante tão pouco que aqui chegou, poderia dizer-se que “a montanha pariu um rato”. Pareceu que incomodou, mas eu diria mais: “da montanha parece que saiu um morganho” e diria mais ainda, para aqueles que não gostam nem de ratos nem de morganhos: no fundo, o Governo e o Partido Socialista tentaram vender “gato por lebre”, porque anunciaram uma lebre e só apareceu um gato, mas os senhores podiam muito bem ter dito que tinham um gato para vender.

Fundamentalmente o que é importante é que os senhores iludiram os açorianos das ilhas pequenas que pensaram que seria esta a altura do seu desenvolvimento, mas esta ilusão transformou-se em desilusão pelo engano que foi feito.

Por tudo isto, o PSD não podia de forma alguma compactuar com isto, porque depois de todo o período de debate que precedeu à análise desta proposta nesta casa e, sobretudo, depois do debate que foi feito aqui





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

continua-se sem saber, porque não existe um único artigo, na proposta que os senhores aprovaram, quais são as ilhas beneficiadas pela coesão.

Por que não existe um único artigo a definir as linhas orientadoras desta nova fase da autonomia na evolução coesa das ilhas? Por que é que não existe um único artigo a identificar qual é, em concreto, o objecto da coesão? Não existe um único artigo para isto.

Perante tudo isto, obviamente que o PSD não poderia votar a favor.

O próprio Sr. Secretário assumiu mais uma vez, na coerência deste debate, que tem muitas mais coisas. Obviamente que tem muitas mais coisas, mas a esta Assembleia só chegou isto e para nós isto é muito pouco, como também será muito pouco para todos os açorianos que entenderam que seria chegada a hora do desenvolvimento das ilhas pequenas e da forma como elas se aproximariam das outras ilhas.

De tudo o que ficou neste debate, nada se poderá concluir neste sentido.

Lamentavelmente, para o PSD, perdeu-se esta oportunidade. O Governo tem três anos para demonstrar que a nossa abstenção poderia ter sido um voto a favor se tivessem cumprido aquilo que prometeram. Até agora não o fizeram.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

(\*) **Deputado José do Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Assembleia, com os votos do Partido Socialista, acabou de aprovar e de cumprir um compromisso eleitoral do Partido Socialista para com os eleitores açorianos.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** *Muito bem! Muito bem!*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

**O Orador:** O Partido Socialista nas últimas eleições prometeu que iria criar um fundo de coesão para os Açores e que, dentro deste fundo, algumas das suas ilhas, especialmente as mais pequenas, iriam sentir o que é que era a coesão ou melhor a coesão que tem sido feita nos últimos anos, ou seja, o aperfeiçoamento do desenvolvimento que tem havido nos Açores nos últimos anos.

Portanto, com esta proposta damos resposta a um compromisso eleitoral e os eleitores e os açorianos em geral irão ver, no próximo futuro qual o resultado da aprovação deste diploma nesta casa.

(\*) – Texto não revisto pelo orador.